

A importância do cooperativismo de crédito para o agronegócio e o desenvolvimento regional: o caso da Primacredi

Roberto Tadeu Ramos Morais

Resumo

O objetivo principal deste estudo é analisar o papel da Cooperativa de Crédito PRIMACREDI como agente de desenvolvimento regional, conforme o conceito de cooperativismo aplicado ao contexto do agronegócio, considerando como campo do estudo a região do Centro-Oeste mato-grossense. O estudo de caso exploratório, com abordagem quali-quantitativa e análise interpretativa, apoiou-se nos recursos da pesquisa bibliográfica. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário misto, que, por sua vez, foi aplicado junto a cinquenta participantes, caracterizando uma amostra aleatória simples. Como resultados, tem-se que a cooperativa de crédito atende aos anseios de seus cooperados, o que leva à conclusão de que ela representa uma alternativa viável para concretizar o desenvolvimento regional, sobretudo, nos municípios em que o agronegócio tem crescido de forma mais significativa.

Palavras-chave | Agronegócio; cooperativa de crédito; desenvolvimento regional; Mato Grosso; PRIMACREDI.

Classificação JEL | G21 Q13 R11

The importance of credit cooperativism for agribusiness and regional development: the case of PRIMACREDI

Abstract

The main purpose of this study is to analyze the role of the Primacredi Credit Cooperative as an agent of regional development, according to the concept of cooperativism applied to the context of agribusiness, considering the midwest region of Mato Grosso as the field of study. The exploratory case study, with a qualitative and quantitative approach and interpretative analysis, was based on the resources of bibliographic research. The instrument used for data collection was the mixed questionnaire, which, in turn, was applied to fifty participants,

featuring a simple random sample. Initially, the results are that the credit cooperative has met the wishes of its members, which leads to the conclusion that the cooperative represents a viable alternative to achieve regional development, especially in the municipalities where agribusiness has grown in a significant way.

Keywords | Agribusiness; credit cooperative; Mato Grosso; PRIMACREDI; regional development.

JEL Classification | G21 Q13 R11

La importancia del cooperativismo de crédito para la agroindustria y el desarrollo regional: el caso de PRIMACREDI

Resumen

El objetivo principal de este estudio es analizar el papel de la Cooperativa de Crédito PRIMACREDI como agente de desarrollo regional, de acuerdo con el concepto de cooperativismo aplicado al contexto de la agroindustria, considerando como campo de estudio a la región del Centro-Oeste de Mato Grosso. El estudio de caso exploratorio, con enfoque cualitativo y cuantitativo y análisis interpretativo, se basó en los recursos de la investigación bibliográfica. El instrumento utilizado para la recogida de datos fue un cuestionario mixto, que a su vez se aplicó a cincuenta participantes, con una muestra aleatoria simple. Como resultado, se tuvo que la cooperativa de crédito atiende los deseos de sus socios, lo que lleva a la conclusión de que esta representa una alternativa viable para lograr el desarrollo regional, especialmente, en los municipios donde la agroindustria ha crecido de manera más significativa.

Palabras clave | Agroindustria; cooperativa de crédito; desarrollo regional; Mato Grosso; PRIMACREDI.

Clasificación JEL | G21 Q13 R11

Introdução

O desenvolvimento regional, tendo como suporte a perspectiva do agronegócio, tem sido ampliado, fazendo surgir um novo nicho de mercado, que, aliado ao avanço tecnológico, fomentou novas relações entre as instituições de crédito e seus clientes. É nesse sentido que as cooperativas de crédito ganham força, a fim de proporcionar ao cooperado alternativas viáveis para expansão de mercado, inserindo-se de forma competitiva no mercado instituído pelo agronegócio. Em se tratando de desenvolvimento regional, agronegócio, cooperativas de crédito e o cenário composto pela Primacredi, tem-se como ponto de partida para este estudo as seguintes questões norteadoras: 1) Como o agronegócio se expandiu no Brasil e no estado do Mato Grosso? 2) De que forma o cooperativismo tem contribuído

para o agronegócio? 3) A Primacredi consegue atender às perspectivas de mercado formadas pelo agronegócio?

De acordo com Silva (2000) e considerando seu território, o estado de Mato Grosso encontra-se inserido no que geograficamente se denomina Amazônia Legal, estando situado na Região Centro-Oeste do Brasil e tendo como característica principal a pecuária e as grandes lavouras de produção de grãos. O estado do Mato Grosso responde por quase 30 milhões de cabeças de gado bovino no Brasil, representando 14% de todo o rebanho produzido. No *ranking* internacional, é considerado o sexto maior produtor de gado do mundo (GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO, 2018). Quanto à produção de grãos, verifica-se que, na safra 2018/2019, a área plantada foi de 9,7 mil hectares de soja, tornando Mato Grosso líder nacional na produção dessa oleaginosa (MORAES, 2019).

A expansão pode ser ainda maior, segundo pronunciamento do governador Pedro Taques, no Intercorte 2018, evento que reuniu os representantes da cadeia produtiva de carne bovina do Brasil, quando disse:

Dez milhões de hectares do território mato-grossense são utilizados para a criação de gado, segundo o chefe do Executivo, ressaltando que outros sete milhões ainda podem ser utilizados dentro da legalidade. “Além disso, existem 16 milhões de hectares de pastagem de baixa produtividade que podem ser convertidos em pecuária semi-intensiva (GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO, 2018).

Assim, fica demonstrada a importância do agronegócio para a economia brasileira e para a macroeconomia mediante geração de emprego e renda, contribuindo para atenuar o *déficit* da balança comercial brasileira.

Sob tal aspecto, observa-se que a demanda alimentou a expansão do agronegócio, o que fez com que diversos municípios mato-grossenses pudessem também se desenvolver em nível regional. Partindo do pressuposto de que o agronegócio necessita de fomento para que alcance diversos níveis na cadeia produtiva, é que a pesquisa se justifica. Para tanto, é importante destacar que anualmente os bancos têm de destinar 30% dos depósitos à vista, 60% dos depósitos em poupança rural e 35% das captações com Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) para aplicar em operações de crédito rural (BANCO CENTRAL, 2020).

A observação preliminar é a de que a busca por crédito e o fortalecimento das cooperativas criadas para esse fim fizeram com que novas perspectivas pudessem ser concedidas ao agronegócio, indicando, desta forma, uma prospecção para o desenvolvimento regional.

Por outro lado, as cooperativas de crédito despontam como uma alternativa viável ao agronegócio e ao desenvolvimento regional, uma vez que o capital investido pode retornar para o contexto do produtor-investidor. O cooperativismo de crédito

torna-se, portanto, uma alternativa endógena para promover o desenvolvimento de uma região. O que se espera, a partir da realização deste estudo, é ter em mãos um mapeamento das possibilidades de contribuição das cooperativas de crédito para o agronegócio e o desenvolvimento.

Como desdobramento da pesquisa, espera-se, ainda, que a compreensão dos aspectos importantes e de suas vantagens possam gerar uma abertura maior para a incursão de novos empreendimentos no mercado formado pelo agronegócio. O objetivo principal do estudo foi analisar o papel da Cooperativa de Crédito Primacredi como agente do desenvolvimento regional, no conceito de cooperativismo aplicado no contexto do agronegócio, considerando como campo do estudo o Centro-Oeste mato-grossense. Formula-se, assim, o seguinte problema de pesquisa: quais as contribuições que as cooperativas de crédito da região do Centro-Oeste mato-grossense proporcionam ao agronegócio e ao desenvolvimento regional?

O presente artigo está estruturado em cinco seções, entre elas, a introdução. Na segunda seção, a fundamentação teórica, serão abordados os conceitos de agronegócio, sua expansão no Brasil e em Mato Grosso, conceitos e possibilidades do desenvolvimento regional e cooperativas de crédito. Na sequência, a metodologia proposta para a pesquisa e, em seguida, os resultados obtidos junto aos cooperados da Primacredi. Por fim, a conclusão do estudo.

Fundamentação teórica

Para que se tenha uma melhor compreensão de como as cooperativas de crédito podem contribuir para o desenvolvimento regional e ao agronegócio, faz-se necessário postular seus conceitos. Desse modo, a contextualização teórica da temática em pesquisa abordará os conceitos de agronegócio, bem como sua expansão no estado de Mato Grosso, bem como o conceito de cooperativas de crédito e como estas servem de instrumento para a expansão desse segmento no mercado.

Entendendo o agronegócio

Quando se trata do conceito de agronegócio, os referenciais teóricos apontam para o fato de que este termo surgiu a partir dos estudos de dois autores norte-americanos, em 1957, John Davis e Ray Goldberg. Eles definiram o *agribusiness* como um processo que englobaria em um só aspecto a pecuária e a agricultura, distanciando-se do modelo até então estabelecido, que os considerava sistemas distintos e, por isso, vistos de forma isolada um do outro (BATALHA; SILVA, 2012). Essa percepção prioriza o entendimento de que o termo insere um conjunto

unificado de ações que compreendem a produção e a propagação de suprimentos agrícolas.

De acordo com Batalha e Silva (2012), no Brasil o fenômeno de expansão do agronegócio deu-se por três vertentes: a) pela característica agrícola do país, que, mesmo com o crescimento dos grandes centros, não perdeu sua vocação para o plantio e a pecuária; b) pela abertura econômica advinda da decadência do regime militar e, de modo salutar; e c) pela abertura do mercado e das políticas de fixação do homem no campo.

Em uma ideia mais ampla, compreende-se o conceito de agronegócio como sendo as práticas de mercado aplicadas às propriedades rurais, com fins de expansão das vendas, do plantio e dos plantéis. Nessa linha, Rufino (1999, p. 17) já afirmava que o agronegócio “abrange todas as transformações associadas aos produtos agrícolas, desde a produção de insumos, passando pela unidade agrícola, processamento e distribuição até o consumidor final”. Para o autor, o agronegócio voltou-se para a organização da propriedade rural, tratando-a como uma empresa que, como qualquer outra, necessita de gestão e planejamento. Vale ressaltar que um dos objetivos do agronegócio é atingir o mercado externo, movimentando uma carteira de clientes que pagam em moeda forte, cujo risco de desvalorização seria bem menor em relação a outros investimentos, segundo a ABMRA-Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA, 2017).

Pela sua dimensão e estruturação, conforme visto acima, constata-se que o agronegócio é o conceito mais abrangente do setor agrícola, sendo, portanto, o maior negócio da economia brasileira (MENDES, 2007). Para confirmar tal afirmativa, os dados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), datados de 2019, assinalam que, naquele ano, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio foi da ordem de R\$ 1,55 trilhão ou 21,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Sendo o Brasil ainda um país cuja caracterização territorial, política e econômica está voltada para a produção de bens primários, o agronegócio é tratado como uma das principais atividades econômicas, que, com as novas políticas de concessão de crédito do Banco Central do Brasil e os planos agrícola e pecuário 2018/2019, expandiram-se consideravelmente.

Segundo Batalha e Silva (2012, p. 67):

De acordo com os dados do PIB e do saldo da balança comercial, o agronegócio é caracterizado como uma das principais atividades econômicas do Brasil e nos últimos anos tem favorecido o avanço da economia brasileira em nível mundial, colocando o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores do mundo, em especial na produção e exportação de alimentos.

Ou seja, ainda que o Brasil mantenha essa característica agrícola, não significa que a gestão em agronegócio seja uma prática facilitada pelas políticas de financiamento. Destaca-se que nem sempre o produtor consegue aderir a um modelo de gestão financeira que possa agregar valor e qualidade à sua produção, e isso influencia negativamente a ampliação dela.

A respeito de tais obstáculos, Lima (2011) reforça que os serviços públicos são os principais vilões da expansão do agronegócio, principalmente quando se trata de melhorar a infraestrutura de atendimento ao produtor, sem contar que a ineficiência faz com que os riscos operacionais alcancem altos índices, prejudicando o produtor quando este necessita de concessão de crédito. O autor destaca, ainda, que o maior entrave ao agronegócio no Brasil não é a falta de espaço para cultivo, mas, sim, a burocracia na gestão das grandes propriedades. Mesmo com tantas dificuldades, o agronegócio alcançou expansão no Brasil, em especial no Mato Grosso.

A expansão do agronegócio no Brasil e no Mato Grosso

Acerca do agronegócio no Brasil, os referenciais teóricos apontam para o fato de que o avanço tecnológico verificado e seu uso por parte dos grandes produtores rurais pode ter sido um dos maiores responsáveis pela expansão desse segmento. Segundo Guanziroli (2006), o avanço tecnológico significou também uma expansão efetiva da produtividade, principalmente no ramo de grãos, em especial a soja. Tal fenômeno também tem seu crédito no aumento expressivo do uso de insumos, o que incorreu na melhoria das sementes, no uso de novos meios de tratamento e adubação do solo, assim como na aplicação de agrotóxicos. No contexto atual, compreende-se que o agronegócio seja visto como a soma dos denominados setores produtivos e mais os de processamento do produto, aliada aos de fabricação de insumos, o que, de acordo com Guanziroli (2006, p. 3), diz respeito a quase 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

A soja foi uma das principais responsáveis pelo crescimento do agronegócio no país, não só pelo volume físico e financeiro envolvido, mas também pela necessidade da visão empresarial de administração da atividade por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores da matéria-prima e negociantes. A produtividade e o custo de produção das fazendas nacionais demonstram que a soja cultivada consegue ter uma competitividade superior em relação à norte-americana.

A importância deste produto permanece presente na safra 2019/2020, devendo alcançar um total de 124,5 milhões de toneladas, representando 4,4% de crescimento em relação à produção anterior, conforme a consultoria Safras & Mercados em fevereiro de 2020.

Por outro lado, a ampliação das lavouras não foi a única responsável pela expansão do agronegócio. As políticas públicas de desenvolvimento da agricultura, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), surgidos nos anos 1990, fizeram com que a competitividade, normalmente observada nas grandes indústrias, chegasse também ao campo (HENTZ; ARISTIDES; HESPANHOL, 2015). Tais programas têm se constituído em dispositivos de enaltecimento do ramo agropecuário brasileiro.

A boa aceitação da produção brasileira no mercado externo, assim como a adaptação dos grandes produtores às exigências internacionais, fez com que as lavouras se tornassem ainda mais modernas quando comparadas com as das décadas de 1970 ou 1980. No estado do Mato Grosso, a expansão ocorreu como nas demais localidades do país. No entanto, os estudos apresentados voltados para a produção do agronegócio mostram a distribuição, principalmente da soja, tornou-se uma fragilidade, prejudicando os grandes produtores (CORREA; RAMOS, 2010). Hoje, a soja é o principal produto na pauta de exportações brasileiras e a principal razão do aumento da colheita nacional de grãos. A logística é prejudicada por estradas de terra sem a adequada manutenção (gerando atoleiros) e pelo excesso de chuvas, que dificultam o escoamento da safra em algumas regiões do Mato Grosso, como, por exemplo, a E-60, que liga Peixoto de Azevedo a Matupá, no norte do estado.

Por outro lado, não apenas o aumento do plantio de grãos compôs o cenário do agronegócio no estado, mas a expansão da pecuária marcou efetivamente tal processo. De acordo com Faria (2013), o Mato Grosso passou a ser considerado como possibilidade para o agronegócio a partir da década de 1980, sendo esse período delimitador da transição do sistema de pecuária pantaneira para o aproveitamento de terras no cultivo de grãos, sobretudo nas regiões sudeste e norte do estado.

Tais demandas mostraram-se oriundas do grande fluxo migratório, principalmente advindo de locais onde o histórico da agricultura já se fazia presente de forma marcante. Nesse processo, o plantio de soja ganhou fôlego, e a própria globalização e reorientação das denominadas forças produtivas fizeram com que o Brasil e o estado se inserissem no mercado agropecuário competitivo. Faria (2013), destaca que o grande salto do agronegócio em Mato Grosso ocorreu na década de 1990, sobretudo pelo avanço da economia global, na qual os mercados passaram a se integrar, combinados com os grandes movimentos de mercado que abarcariam bens e serviços. Do mesmo modo, houve a mecanização das lavouras, e os investimentos tecnológicos tiraram o estado da modalidade da agricultura de subsistência, alavancando as grandes plantações e fomentando o mercado compreendido pelo agronegócio.

Mesmo sendo um mercado em expansão, o agronegócio no estado do Mato Grosso contou com significativos investimentos de países em desenvolvimento,

principalmente os que compõem o Mercosul, como a Argentina e o Chile, entre outros. Nesse movimento, diversas cidades foram surgindo e crescendo em torno das grandes propriedades, fazendo com que o crescimento econômico regional ganhasse fôlego. As primeiras cooperativas passaram a garantir uma parcela considerável do retorno de mercado para o estado.

Faria (2013) cita a criação de duas leis que mais impactaram a economia mato-grossense, de forma mais efetiva o agronegócio, sendo estas a Lei Kandir (Lei complementar 87, de 13 de setembro de 1996) e a Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456\97). A Lei Kandir teve como objetivo principal a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) cobrado sobre os produtos primários — ou semielaborados — que estivessem destinados à exportação.

No contexto do estado do Mato Grosso, as duas leis fizeram com que houvesse um crescimento considerável no plantio de soja, milho e algodão. As referidas leis contribuíram para uma desvalorização fiscal dos produtos agrícolas, conforme Farias (2013, p. 401): “em média os produtos agrícolas brasileiros alcançaram uma desvalorização fiscal em torno de 10%, ganhando competitividade no mercado internacional pela eliminação da ‘exportação’ do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)”. Isso significa que para o produtor, seja ele de pequeno ou grande porte, os incentivos para produção de exportação se tornaram ainda mais atrativos. Para as cooperativas, sobretudo as de crédito, representou uma ampliação na concessão e fomento direcionado para a produção.

Por outro lado, a Lei de Proteção de Cultivares, promulgada em 1997, fez com que o Brasil passasse a integrar a denominada União Internacional para a Proteção de Obtenções Cultivares (UPOV). A inclusão trouxe novas perspectivas para a produção primária, uma vez que a referida lei garantia não somente a produção, mas também o direito sobre as sementes (FARIA, 2013). Uma nova cultivar é a inovação genética necessária e que serve de passaporte para o desenvolvimento da cadeia de produção agrícola.

Nos anos 1990, o fomento passou a ser maior em comparação com as décadas anteriores, e isso se tornou mais perceptível a partir da redução de custos relacionados à produção de grãos e outras matérias-primas. Com a diminuição dos gastos relacionados ao plantio, ocorreu maior investimento na mecanização de manejos. Com maior quantidade de capital à disposição, as sementes puderam ser melhoradas, fortalecendo a produtividade e minimizando as perdas. Faria (2013, p. 402) apresenta esse novo cenário:

A produção agrícola mato-grossense inicia um período de rápida absorção de novas terras e de elevação da tecnificação, com aporte de maquinário, agroquímicos e biotecnologia. O PIB de Mato Grosso passa a crescer a uma taxa superior à média nacional, e as exportações de

produtos relacionados ao agronegócio empresarial passa a representar importante parcela na formação da renda regional.

O processo de expansão do agronegócio abordado pelo autor contou com fomento que nem sempre veio diretamente do poder público. Por outro lado, as isenções e os aportes proporcionaram o crescimento a partir da conquista de mercados externos. As cooperativas tiveram papel importante, já que passaram a representar os interesses dos produtores, além de proporcionar ao pequeno plantador a possibilidade de melhorar a produção e de promover o desenvolvimento da região.

Desenvolvimento regional: conceitos e possibilidades

O princípio do desenvolvimento regional não se encontra muito claro na literatura especializada. No entanto, é visto como uma forma de diminuição das desigualdades sociais, principalmente as originadas pela fuga de divisas e escoamento financeiro verificado entre as regiões mais e as menos desenvolvidas. Acerca do desenvolvimento regional, é necessário destacar que seu conceito é análogo ao do econômico. Para Cardoso e Ribeiro (2002), a globalização e a decorrente intensificação das relações econômicas fizeram com que os fenômenos relacionados ao desenvolvimento regional se tornassem difíceis de ser avaliados apenas em números. De acordo com os autores, quando se trata de desenvolvimento regional, algumas variáveis precisam ser levadas em conta, dentre as quais: “[...] as realizações, a cultura de valores, a dimensão relacional e as motivações intrínsecas” (Cardoso e Ribeiro, 2002, p.45). Esse conjunto de atributos caracteriza, em maior ou menor grau, a regionalização, isto é, as particularidades próprias de cada região.

Destaca-se que é somente a partir do estudo do espaço que o conceito de regionalidade pode ser compreendido e, da mesma forma, constitui-se o do desenvolvimento regional. Nesse contexto, de acordo com Vieira e Santos (2012), a região deve ser constituída a partir de uma visão cultural, enquanto produto da diversidade. Tal perspectiva é assim reforçada:

A região é uma produção cultural, é uma criação histórica e, neste sentido, é o espaço irreduzível da liberdade e da criatividade com base num estoque de recursos dados pela natureza: aqui a pedra e a montanha, lá o mar e a floresta, mais além os desertos, as imensidões (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005, p. 6).

Sob tal perspectiva, pressupõe-se, então, que o desenvolvimento regional está fundamentado em algo que vai além da simples expansão industrial ou econômica de determinada região. É, sobretudo, o tratamento dado aos aspectos culturais particularizados em suas manifestações sociais. Nesse sentido, quando se trata

efetivamente de desenvolvimento regional, há uma remissão à manutenção das principais características de cada região, em um processo de planejamento de estratégias que as mantenham, mas que agregue outros valores mais imediatos.

Cooperativismo no Brasil

A literatura especializada que remonta ao conceito de cooperativismo e sua expansão em território brasileiro trata-o como movimento, e isso pressupõe que não seja algo criado com fins à estagnação. Os autores pesquisados, dentre os quais Santos (1998), afirmam que o cooperativismo pode ser mais bem definido enquanto um modelo de processo associativo, gerado por pessoas sem qualquer laço com uma instituição maior, as quais se reúnem enquanto força de produção e em proveito de sua competência de consumo e poupanças, buscando o desenvolvimento econômico e social, cujo objetivo maior é melhorar o padrão e a qualidade de vida.

Santos (1998) discorre que as cooperativas são uma das alternativas consideradas mais viáveis e legítimas de organização social, sendo capazes de atender de forma simultânea a todo um sistema que se aglutina em torno de um conjunto de elementos de ordem econômica. Um dos conceitos que se aplica às cooperativas é apresentado por Silva (2000), ao discorrer que:

[...] cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (SILVA, 2000, p. 36).

Ou seja, pessoas com interesses comuns, com os mesmos direitos e deveres, constituem uma cooperativa, organizada economicamente de forma democrática, isto é, cada sócio tem apenas um voto, independente do seu capital.

Quando se trata de sua gênese, é possível compreender que as cooperativas nasceram e cresceram na Europa, e, a partir de então, espalharam-se pelo mundo, e atualmente fazem parte do contexto econômico mundial. No Brasil, são os livros que contam a história do surgimento de modelos de associação mais parecidos com as cooperativas, remontando ao ano de 1610, quando as primeiras missões jesuíticas foram fundadas. O trabalho era dividido, bem como os seus resultados.

Esse modelo que perdurou como exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, por mais de 150 anos, tinha sua base fundamentada no bem-estar do indivíduo e da família que se sobrepujam ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e pelo princípio do auxílio mútuo, prática encontrada entre os indígenas

brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade (SILVA, 2000, p. 55)

Portanto, o cooperativismo propriamente dito teve vários precursores, sendo citado como ponto de partida para o modelo o caso conhecido como Tecelões de Rochdale, que, em 1844, reuniram-se e criaram uma associação que mais tarde receberia o nome de “cooperativa” (grifo do autor). Destaca-se que esses artesãos se reuniram em torno da exploração da venda de alimentos, roupas e outros produtos no comércio local.

Compreende-se que as cooperativas podem ser consideradas, em uma visão bem ampla, como um sistema, um movimento, ou até mesmo uma atitude.

A cooperativa é, ao mesmo tempo, uma associação de pessoas (projeto social) e uma empresa econômica (projeto econômico). Por isso se diz que ela tem dupla natureza sendo considerada uma das formas mais avançadas de organização social. O projeto social deve estimular a ação solidária e a ajuda mútua, reunindo pessoas que têm objetivos, interesses, problemas e necessidades comuns. Nessa associação, todos os associados têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, definidos em seu estatuto. Já, seu lado empresa, exige, cada vez mais, organização e qualidade, buscando a modernização constante para manter a competitividade, a produtividade, a excelência e resultados (SILVA, 2000, p. 89).

Nesse sentido, a dinâmica justifica o fato de as cooperativas passarem a ser consideradas uma forma de pequenas comunidades driblarem seus problemas econômicos, tornando-se alternativas viáveis para a organização do trabalho e seus resultados, bem como para lidar com determinados aspectos, atingindo uma melhor saída econômica.

Essas características conferem à cooperativa uma importância que a diferencia de outras organizações. É a única instituição que tem compromisso com o desenvolvimento do território onde atua. Produz externalidades que não beneficiam apenas a sua sociedade, mas, sim, a comunidade que está localizada no entorno da cooperativa. Enquanto o capital tem compromisso com o lucro, a responsabilidade da cooperativa tem compromisso com o desenvolvimento das pessoas (BOESCHE, 2017, p. 11).

As cooperativas contribuem para a geração de empregos, a geração de renda e a inclusão socioeconômica de seus membros. Nesse sentido, o interesse pela comunidade é um dos princípios cooperativistas mais difundidos porque contribui para a melhoria da qualidade de vida local. Embora tenham características únicas,

as cooperativas têm se mostrado como alternativas viáveis e de grande credibilidade no contexto do agronegócio. Desse modo, amplia-se este estudo com a definição das cooperativas de crédito, uma vez que seu objeto se constitui em uma organização desse tipo.

Cooperativas de crédito

O cooperativismo de crédito é considerado uma tendência de mercado e, de acordo com Meinen (2012), as cooperativas de crédito fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo consideradas um viés dos subsistemas operativos, integrando o mercado de concessão e gestão de crédito. As cooperativas de crédito são tratadas como instituições financeiras e, sendo assim, são legitimadas as captações de recursos junto ao público. Tais processos são realizados por meio de depósitos à vista e a prazo (capital). Desse modo, por meio das cooperativas, moedas escriturais podem ser instituídas, assim como bancos comerciais, múltiplos ou até mesmo caixas econômicas serem legitimadas. Segundo Pinheiro (2013, p. 75),

As cooperativas de crédito observam, além da legislação e normas do sistema financeiro, a Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Atuando tanto no setor rural quanto no urbano, as cooperativas de crédito podem se originar da associação de funcionários de uma mesma empresa ou grupo de empresas, de profissionais de determinado segmento, de empresários ou mesmo adotar a livre admissão de associados em uma área determinada de atuação, sob certas condições.

É importante que se destaque que os lucros oriundos das operações e/ou prestação de serviços ofertados pelas cooperativas de crédito são divididos entre os cooperados, que são os sócios da cooperativa e, como tal, assumem também os riscos por eventuais prejuízos. Segundo a legislação vigente, para que uma cooperativa possa funcionar, é necessário que possua, inicialmente, o mínimo de 20 cooperados, os quais deverão acordar os momentos em que serão discutidos os rumos e os compromissos que a instituição assumirá em determinado exercício. De acordo com a Resolução CMN 3.106, de 2003:

Estão autorizadas a realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente de associados, de empréstimos, repasses e refinanciamentos de outras entidades financeiras, e de doações. Podem conceder crédito, somente a associados, por meio de desconto de títulos, empréstimos, financiamentos, e realizar aplicação de recursos no mercado financeiro.

Embora detenham algumas características de uma instituição financeira como as tantas que ofertam crédito e serviços no mercado financeiro, os referenciais teóricos apontam para o fato de que as cooperativas de crédito não são bancos. Segundo Schneider (2003), existem diferenças e semelhanças entre os bancos e as cooperativas. O que mais as distanciam dos bancos é o modelo de gestão financeira adotado, assim como o tipo de sócio que agregam.

De acordo com Meinen e Port (2014, p. 36), “[...] as cooperativas podem ser definidas como “sociedades de pessoas” e, por outro lado, os bancos são conceituados como “sociedades de capital”. Tais características se refletem, sobretudo, no modelo de concessão de crédito a ser adotado. De acordo com a legislação, as cooperativas de crédito não podem utilizar-se da nomenclatura “banco” (grifo dos autores) para denominarem suas atividades. No entanto, não é vedado o uso do termo “instituição bancária” (grifo do autor), dada à sua particularidade de poder criar moeda e monitorizar seus títulos externamente.

As cooperativas de crédito possuem como função primária promover a assistência financeira aos associados por meio do que se convencionou denominar mutualidade. De acordo com Pinheiro (2013), a assistência ao cooperado dá-se por meio da captação de recursos, concessão de crédito, prestação de garantias e serviços, além de manter o diálogo com outras instituições financeiras a fim de possibilitar uma melhor gestão dos recursos oriundos dos cooperados.

No caso do agronegócio, a concessão de crédito é constituída de modo que o produtor possa expandir o cultivo ou o plantel, além de mecanizar a produção. Isso também implica a valorização da produção no mercado externo, retornando em lucro para a cooperativa. Além da gestão financeira, as cooperativas de crédito podem investir na formação do produtor, tanto para o uso consciente do crédito quanto para a melhoria da produção e da qualidade dos produtos que chegam ao mercado.

As cooperativas de crédito e o agronegócio

No contexto do agronegócio, as cooperativas de crédito agregam a função de fomentar o mercado, expandir o cultivo, bem como gerir financeiramente as propriedades. Nesse contexto, elas tiveram papel crucial, principalmente na concessão de financiamentos utilizados para melhorar a produção. No Brasil, as cooperativas de crédito rural tornam-se alternativas para gerar renda, mas não apenas isso, uma vez que a expansão do agronegócio trouxe novas relações de emprego. Portanto, as cooperativas sustentaram tais relações, sobretudo no tocante aos pequenos produtores rurais. Nesse sentido, Silva (2000, p. 98) postula que:

Estas cooperativas, além de distribuírem crédito, auxiliam seus cooperados quanto às reais necessidades na obtenção destes recursos e

sua consequente aplicação e resultados. Esta é uma forma diferente de trabalho com relação ao sistema tradicional dos bancos que, na maioria das vezes, não atingem o público de menor poder aquisitivo, repassando a agricultores de alta renda, subsídios em tese destinados aos setores menos favorecidos.

No Brasil, as cooperativas de crédito rural surgiram já na década de 1980. Primeiramente, faziam parte do sistema de cooperativas agropecuárias, e, mais tarde, com o grande crescimento do agronegócio e a realimentação da agricultura familiar, surgiram como meio legítimo de investimento no mercado agropecuário. Na década de 1990, são criadas as cooperativas de crédito rural alternativas, com o objetivo de driblar a crise financeira do início da década, aproveitar o fortalecimento da economia a partir do Plano Real e fixar o homem no campo enquanto produtor (PADILHA; MEDEIROS, 2014).

As cooperativas de crédito rural fortaleceram-se a partir do pressuposto de que devido à existência de produtores não contemplados com políticas de financiamento, mas que poderiam garantir o pagamento de uma eventual dívida, o mercado deveria ofertar uma alternativa que se tornasse viável para o produtor rural. Desse modo, cria-se a oportunidade para o cooperativismo de crédito rural.

[...] parte da premissa de que existe um público não contemplado pelo sistema bancário, cuja geração de renda encontra-se inibida pelas restrições sociais a que agricultores desprovidos de patrimônio submetem-se, quando solicitam crédito. As experiências demonstram a importância da prestação dos serviços financeiros e do crédito agrícola para o campo. A análise das instituições de microfinanças e de microcréditos indica que para atender os pequenos agricultores é preciso desenvolver mecanismos que reduzam a assimetria de informação, que diminuam os custos de transação e que aceitem garantias alternativas dos pequenos agricultores (YUNUS, 2000, p. 56).

Os mecanismos mais utilizados para a garantia do crédito ao pequeno e ao grande produtor são os que agregam a produção. Considerando que o agronegócio é visto como alternativa para as necessidades econômico-sociais, é que se pretende, a partir da análise teórica, compreender de que forma a Primacredi tem contribuído para o fortalecimento do agronegócio e do desenvolvimento regional no estado do Mato Grosso.

Metodologia

A seguir, apresenta-se a descrição do método empregado para coleta de dados, bem como a descrição geral da Cooperativa Primacredi, do estado do Mato Grosso, sendo que os participantes da pesquisa são os colaboradores da organização. O trabalho de campo foi desenvolvido nos períodos de abril e maio de 2017.

Cooperativa de Crédito Primacredi

A Primacredi (sistema de crédito de Primavera do Leste), foi fundada em 26 de novembro 1990 por agricultores pioneiros da região. Em 15 de abril de 1991, a Primacredi iniciou suas atividades à Rua Paranatinga, 168, no município de Primavera do Leste/MT. Hoje conta com sede própria, na Rua Blumenau, 325, e dois postos de atendimento no município de Poxoréu e em Gaúcha de Norte (PRIMACREDI, 2020).

O surgimento da cooperativa deu-se por meio do esforço dos agricultores para terem acesso ao crédito rural, bem como do desejo de promover o crescimento econômico da região onde se localiza. A Figura 1 mostra a representação geográfica dos três municípios onde a cooperativa possui agências.

Figura 1 – Área Geográfica da Primacredi



Fonte: Google Maps (2020).

O princípio que define as atividades da cooperativa Primacredi encontra-se baseado na gestão solidária dos produtores rurais e, do mesmo modo, na promoção da democratização e profissionalização do crédito, de maneira que tanto a direção quanto a gestão da cooperativa possam se basear em uma política transparente e consolidada. Sua missão é promover a justa inclusão social dos produtores, independentemente do porte, por meio de uma política facilitada de concessão de crédito, considerando, sobretudo, a necessidade de acesso aos produtos e serviços financeiros que são ofertados em diferentes contextos.

Participantes

Participaram do estudo 50 associados, 17 do sexo feminino e 33 do sexo masculino. Os cooperados integraram uma amostra aleatória simples, isto é, todos os elementos da população tiveram a mesma oportunidade de pertencerem à amostra, desde que tivessem pelo menos seis meses de associação à cooperativa e fossem formalmente ativos. A faixa etária ficou entre 22 e 65 anos, com tempo de associação de dois a 25 anos.

Em relação à ocupação dos cooperados, os dados coletados apontam para o fato de que, além de agricultores, a cooperativa tem outros profissionais em sua carteira de clientes. A distribuição ficou assim constituída: 52% foram agricultores; 18%, funcionários de empresas; 14%, autônomos; 12%, empresários; e 4%, engenheiros agrônomos.

Instrumento de coleta dos dados

Para a coleta dos dados, foi utilizado um questionário misto, com perguntas abertas e fechadas, composto por dois blocos. No primeiro bloco, buscou-se o perfil dos participantes (sexo, faixa etária e ocupação profissional) e o grau de conhecimento relativo ao funcionamento da cooperativa. O segundo bloco do questionário tratou da motivação, das vantagens e dificuldades em relação aos serviços ofertados pela cooperativa, além da percepção dos associados quanto às expectativas socioeconômicas e às perspectivas futuras.

Procedimentos

O acesso aos associados da cooperativa de crédito Primacredi, do estado do Mato Grosso, deu-se mediante contato prévio com o seu presidente. Inicialmente, os questionários foram enviados para o e-mail pessoal dos participantes, sendo que apenas 10 os responderam. Muitos estavam em férias, por isso, chegaram respostas automáticas. Para chegar ao número de 50 participantes, foi preciso reforçar a cobrança por colaboração por duas semanas após o envio do primeiro e-mail, desta

vez pelo Google Formulários, com o *link* para o questionário, contendo um texto de apresentação.

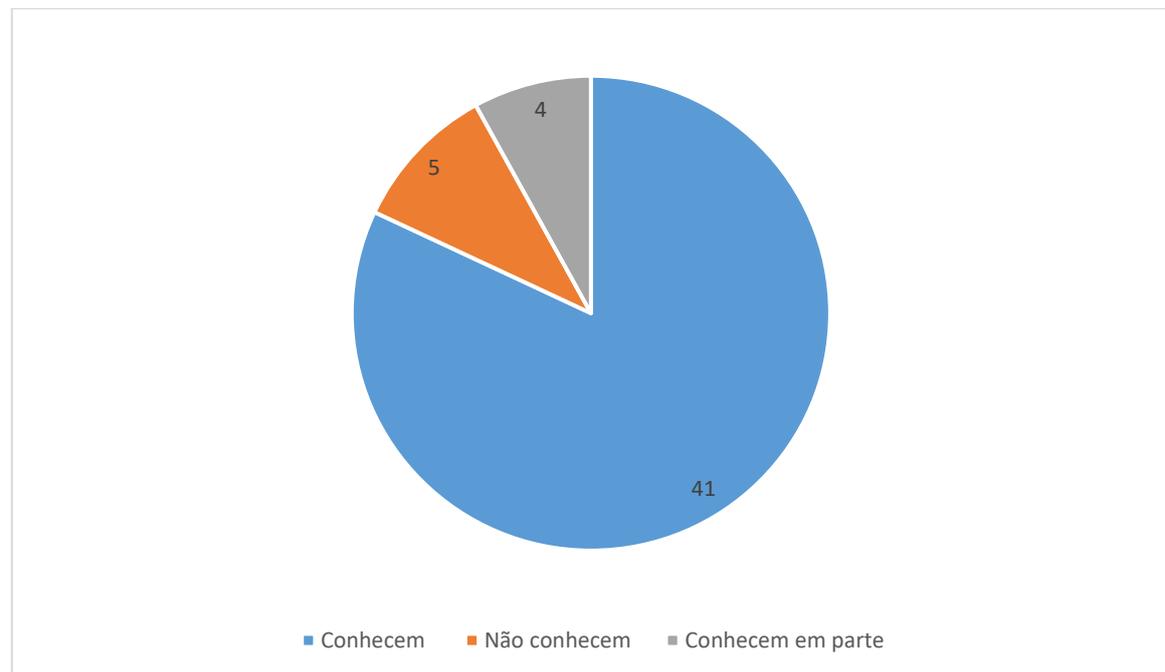
Análise dos dados

Os dados quantitativos foram tratados com uso da estatística. Já para os dados qualitativos, foi utilizada a análise interpretativa a partir da compreensão da mensagem comunicada pelos participantes da pesquisa.

Resultados

A pesquisa investigou o conhecimento dos participantes acerca dos propósitos de mercado da Primacredi. Ao serem indagados se conheciam o funcionamento de uma cooperativa de crédito, 41 participantes (82%) relataram que conheciam. O Gráfico 1 mostra esse quantitativo.

Gráfico 1 – Funcionamento de uma cooperativa



Fonte: dados da pesquisa (2017).

Quando se trata do contexto de uma cooperativa, não basta que seu cooperado faça seu investimento, ou participe das tomadas de decisões. Tal empreendimento, para que se transforme em ganhos, sobretudo quando se trata do contexto do agronegócio, depende do conhecimento que seu cooperado possui acerca do que é

realizado na e pela cooperativa ou, conforme Meinen (2012), trata-se de uma sociedade de pessoas com interesses comuns onde todos são donos do negócio.

O participante (3) afirma que “a motivação para investir na Primacredi é o fato de ser uma cooperativa de confiança e pela sua transparência nos serviços prestados”. Isso denota a confiança do cooperado nas ações da cooperativa. Os motivos para o investimento foram assim elencados pelo participante da pesquisa (11): “ser cooperativa, ter agilidade, crédito rápido, credibilidade, tratamento direto com o colaborador, atendimento personalizado, sócio com direito às sobras da cooperativa e transparência”.

Pode-se verificar o que Pinheiro (2013) e Silva (2000) afirmaram no que tange à assistência ao associado e à participação que o sócio (cooperado) possui dentro da instituição, seja por intermédio do voto ou da distribuição dos resultados (sobras), que ocorre de forma proporcional à sua movimentação financeira.

Ainda sobre as vantagens de se investir em uma cooperativa de crédito, assim se posicionou o participante da pesquisa (18): “vale a pena investir na cooperativa pela vantagem de fazer parte através da cota capital, de tudo ser aprovado em assembleia, onde nada é feito aleatoriamente, prevalecendo a decisão da maioria”. Outro participante (22) diz que:

O investimento da Primacredi é recompensado pela existência de um conselho fiscal que acompanha as atividades exercidas pela administração, por praticar taxas menores que as instituições bancárias, pelos conselhos serem formados por associados e eleitos em assembleia etc.

Meinen e Port (2014) e Schneider (2003) já se pronunciavam quanto à forma diferenciada de concessão de crédito e ao modelo de gestão adotado, os quais proporcionam serviços financeiros a custos inferiores aos do sistema financeiro bancário tradicional. Ao se expressar, o participante (22) deixa claro porque uma cooperativa é autogestionária, ou seja, todos os associados participam da administração da cooperativa, por meio dos órgãos de administração, fiscalização ou, ainda, do comitê educativo. Elegem seus representantes e participam das decisões em assembleias gerais (SILVA, 2000).

O estudo buscou identificar as expectativas dos associados quanto aos aspectos socioeconômicos e a sua visão em relação ao agronegócio. O participante (5) relatou que:

A concessão de crédito nas agências bancárias era dificultada pelas exigências que o pequeno produtor não conseguia atender. Com a consolidação da Primacredi o problema foi resolvido, pois a cooperativa

atende não somente associados com grandes somas em dinheiro, passando a servir aos médios e pequenos associados.

Há, portanto, uma reinserção econômica do pequeno produtor rural que outrora não conseguia se beneficiar dos serviços oferecidos por uma entidade financeira, conforme já destacava Yunus (2000).

Segundo o participante (40), houve “[...] uma melhoria no trabalho, que pode ser mensurada pelo fluxo de movimentação do campo para a cidade”. Com o avanço nos serviços prestados e a redução do custo das operações financeiras ao cooperado, o cooperativismo de crédito associado às políticas públicas vem contribuindo para a diminuição do êxodo rural, a melhoria na distribuição de renda, o fomento do desenvolvimento regional das cadeias produtivas, entre outros benefícios.

Em outro momento, a pesquisa buscou vislumbrar a contribuição do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento regional/local. O participante (37) trouxe sua opinião, dizendo que “as cooperativas de crédito impulsionam o desenvolvimento local a partir do seu papel socioeconômico, já que promovem a desintermediação financeira, que gera a circulação de recursos”. A desintermediação financeira notabiliza-se pelo diferencial entre as taxas de captação e empréstimos, realizadas aos cooperados, principalmente ao pequeno, ocasionando possibilidades para a circulação de recursos e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional/local.

Outro participante (27) afirmou que “a cooperativa agiu como instrumento de desenvolvimento econômico a partir da distribuição de sobras operacionais e do pagamento de juros sobre o capital social dos cooperados na cooperativa”. Significa dizer que, quanto à distribuição da riqueza, a cooperativa Primacredi distribuiu sobras do resultado operacional e do pagamento de juros sobre o capital social de seus associados. Vale lembrar que os cooperados e usuários da cooperativa são membros da comunidade local.

Quando se trata da perspectiva futura, a totalidade dos participantes revelaram que pretendem continuar investindo na cooperativa, para que, futuramente, seus herdeiros possam se beneficiar do que foi investido na cooperativa.

Na finalização do estudo, perguntou-se aos cooperados quais as maiores dificuldades que enfrentaram em relação aos serviços oferecidos pela Primacredi. Os participantes relataram que não perceberam grandes dificuldades, sobretudo, quando precisaram de crédito. O participante (50) expôs que “o dinheiro que é tomado como empréstimo pertence ao cooperado e, por isso, sua concessão possui menos burocracia”. Este é um diferencial que alimenta não apenas o agronegócio, mas toda a economia fomentada pela cooperativa. Tais perspectivas vêm ao encontro do que foi apresentado por Silva (2000), ao abordar as facilidades que o cooperado observa em uma cooperativa, pois sente-se dono do negócio.

Conclusão

Por meio da pesquisa realizada no contexto da cooperativa Primacredi, foi possível observar que as cooperativas trouxeram grandes avanços ao agronegócio, principalmente no estado de Mato Grosso. Eles significam aumento da produção, da produtividade, melhoria de vida das famílias cooperadas, fixação do homem no campo, além de ser um modo positivo de lidar com os percalços econômicos, ainda mais fortes quando há uma crise.

Observou-se que a evolução no sistema de cooperativas de crédito rural denota uma nova perspectiva de acesso a pequenos e médios produtores, assim como a outros indivíduos que não estejam necessariamente ligados ao agronegócio. Mediante os resultados obtidos na amostragem de 50 cooperados participantes da pesquisa, torna-se efetivo o fato de que é imprescindível o acesso ao mercado financeiro, para que tanto a pequena, quanto a média e a grande propriedade possam desenvolver-se. Desse modo, uma das grandes contribuições do estudo esteve nesse olhar sobre a importância que uma cooperativa possui no cotidiano de seu cooperado, que, por sua vez, sente-se mais seguro ao pensar que não há a frieza de uma instituição financeira tradicional no trato das suas necessidades de tomador do crédito. Por isso, sabe que suas necessidades serão atendidas sem que seja deixada de lado a ideia de que o bem-estar e a qualidade de vida do produtor suplantam as negociações que visam simplesmente ao lucro.

A contribuição do cooperativismo de crédito, em especial da Primacredi, para o desenvolvimento regional/local onde está inserida, manifesta-se pelas vantagens observadas no estudo. A sua atuação é de caráter mais social, já que a cooperativa tende a atender às necessidades específicas dos cooperados e da sociedade em que está inserida, melhorando a circulação e a distribuição de renda. A partir da aplicação local dos recursos, a cooperativa contribui de forma significativa para o desenvolvimento regional, mediante a poupança e o financiamento de iniciativas empreendedoras dos seus associados, gerando emprego, distribuição de renda e inclusão social.

Como o foco é a importância do fortalecimento do agronegócio, o estudo mostrou que as instituições de crédito rural têm alcançado seus objetivos, incluindo a Primacredi, objeto da pesquisa realizada. O estudo pode ser ampliado ao se considerar que a cooperativa possui outras filiais, ouvindo o que dizem os seus cooperados, o que seria importante para se traçar um perfil do cooperado e compreender de fato como uma cooperativa de crédito pode representar fomento efetivo ao crescimento do agronegócio e ao desenvolvimento regional/local de qualquer região do país.

Referências

- ABMRA. **Mercado externo é alvo do agronegócio brasileiro**. 30 de novembro de 2017. Disponível em: <http://abmra.org.br/mercado-externo-e-alvo-do-agronegocio-brasileiro>. Acesso em: 11 set. 2020.
- BANCO CENTRAL. **Crédito rural**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>. Acesso em: 11 set. 2020.
- BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Org.) **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2012.
- BOESCH, L. **O que é uma cooperativa de crédito ou instituição financeira cooperativa?** Disponível em: <http://www.cooperativismodecredito.com.br>. Acesso em: 18 set. 2020.
- CARDOSO, T.; RIBEIRO, J. C. Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para uma política regional alternativa. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (Org.) **Desenvolvimento local-regional: respostas regionais aos desafios da globalização** (vol. 2). Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, p. 69-89, 2002.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **Panorama do agro 2019**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro#:~:text=O%20agroneg%C3%B3cio%20tem%20sido%20reconhecido,do%20PIB%20brasileiro%5B1%5D>. Acesso em: 11 set. 2020.
- CORREA, V. H. C.; RAMOS, P. A precariedade do transporte rodoviário brasileiro para o escoamento da produção de soja do centro-oeste: situação e perspectivas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 48, n. 2, p. 447-472, abr.-jun./2010.
- CUNHA, A.; SIMÕES, R.; PAULA, J. A. Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. **VI Congresso Brasileiro de História Econômica; 7ª Conferência Internacional de História de Empresas**: Rio de Janeiro: Conservatória, 2005.
- FARIA, A. M. de M. **Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso**. 7ª Reunião extraordinária do comitê de arranjos produtivos, inovação, desenvolvimento local, regional e socioambiental. Rio de Janeiro: BNDES, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Avanços na pecuária de Mato Grosso são apresentados em evento da cadeia produtiva.** Disponível em: <http://www.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2020.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <http://www.google.com/maps>. Acesso em: 14 set. 2020.

GUANZIROLI, C. H. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações** (= Textos para Discussão, 186). Niterói: Faculdade de Economia/UFF, 2006.

HENTZ, C.; ARISTIDES, M. J. S.; HESPANHOL, R. A. M. Estado, políticas públicas e desenvolvimento da agricultura no Brasil. **Revista Sociedade e Território**, vol. 27, n. 2, p. 38-60, 2015.

LIMA, S. A. **Financiamento agropecuário no Brasil: a influência dos riscos na obtenção do crédito rural.** Campinas: Unicamp/IE, 2011.

MEINEN, E. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã.** Brasília: Confedbras, 2012.

MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios.** Brasília: Confedbras, 2014.

MENDES, J. T. G.; JUNIOR, J. B. P. **Agronegócio: uma abordagem econômica.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORAES, L. **Produção de soja em MT aumenta mais de 250% em 20 anos.** Disponível em: <http://www.g1.globo.com/mt/mato-grosso>. Acesso em: 11 set. 2020.

PADILHA, W.; MEDEIROS, M. C. Os ciclos de desenvolvimento do cooperativismo agropecuário e o crédito rural no sudoeste do Paraná. **Revista Geosul**, vol. 29, n. 58, p. 185-294, jul.-dez./2014.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil.** 5 ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013.

PRIMACREDI. Disponível em <http://www.Primacredi.com.br>. Acesso em: 18 set. 2020.

RESOLUÇÃO CMN, nº 3.106, 25/06/2003. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações

estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito.

RUFINO, J. L. S. Origem e conceito do agronegócio. **Informe Agropecuário**, vol. 20, n. 199, p. 17-19, 1999.

SANTOS, A. C. L. **Cooperativismo**: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável-estudo de caso. Fortaleza. 1998. 90f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – MDMA/UFC, 1998.

SCHNEIDER, J. O. (Org.) **Educação cooperativa e suas práticas**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

SILVA, E. T. **Logística para os agronegócios brasileiros**: o que é realmente necessário? BNDES Setorial, n. 12, p. 161-174, set. 2000. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1208.pdf. Acesso em: 11 ago. 2016.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. vol. 8, n. 2, p. 344-369, mai.-ago./2012.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.

Data de submissão: 09/05/2019

Data de aprovação: 01/10/2020

Revisão: Daniela Matthes (português), Anderson de Miranda Gomes (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Roberto Tadeu Ramos Morais

Mestrado em Desenvolvimento Regional / Faculdades Integradas de Taquara

Avenida Oscar Martins Rangel, 4500 – Fogão Gaúcho

95612-150 Taquara/RS, Brasil

Orcid: <http://orcid.org/0000-003-2533-0834>

E-mail: masprm@faccat.br

